

Análise da Acessibilidade para Cadeirantes na Trilha do Engenho no Parque Estadual da Ilha Anchieta – SP

Lorraine Fogaça dos Santos¹

Resumo

O tema desta pesquisa enfoca a área de estudo da Trilha do Engenho (Parque Estadual da Ilha Anchieta – SP). O objetivo maior desta pesquisa é analisar a acessibilidade para cadeirantes no local de estudo, sabendo-se que esta pode ser uma atividade turística desenvolvida para este público. A metodologia se fundamenta em pesquisas bibliográficas e documentais sobre acessibilidade, turismo acessível, Unidades de Conservação, Parque Estadual da Ilha Anchieta e ecoturismo, além de pesquisa de campo e observação sistemática para analisar, levantar e coletar dados sobre as instalações de acessibilidade existentes. A análise final trata da comparação entre a teoria e a realidade, e constata que as variáveis acesso, locomoção, infraestrutura, atividade realizada ao ar livre (principalmente trilhas) não são acessíveis no Parque Estadual da Ilha Anchieta e na Trilha do Engenho.

Palavras-chave: Acessibilidade. Cadeirante. Trilha. Ecoturismo.

Introdução

A acessibilidade é um tema que está em discussão nos dias atuais. Sua proposta é tornar acessível toda e qualquer estrutura, atividades, locais, produtos, serviços e informações, a todo e qualquer cidadão sem que haja barreiras ou empecilhos. Hoje, devido a pouca acessibilidade o deficiente, assim chamado por ser portador de algum tipo de limitação ou restrição quanto ao exercício de atividades necessárias à rotina diária, acaba muitas vezes dependendo de outras pessoas para poder sair de casa e se locomover, principalmente os cadeirantes.

A procura por destinos acessíveis está cada vez maior. O deficiente, também tem a necessidade de conhecer novos lugares, conhecer pessoas, praticar esportes de aventura, ecoturismo, entre outros, mas, o grande problema, é a falta de infra-estrutura acessível para recebê-los da com segurança e qualidade.

A Trilha do Engenho no Parque Estadual da Ilha Anchieta, em Ubatuba-SP foi escolhido como objeto de pesquisa por ser um local importante pelos seus atrativos e pela sua história, que atrai visitantes o ano todo. Hoje, portanto, analisar a acessibilidade para

¹ Bacharel em Turismo e Pós-Graduada em História: Educação, Relações Sociais e Cultura pela Universidade Nove de Julho.

cadeirante² neste local, torna-se um dos pontos para verificar a sua qualidade quanto a atrativo turístico, relacionado à maneira como este recebe seus visitantes. Por essa razão o objetivo deste estudo é analisar a acessibilidade para cadeirantes na Trilha do Engenho, localizada na região norte do Parque.

Este estudo torna-se relevante, portanto, porque propõe a discussão da importância da acessibilidade nos equipamentos e destinos turísticos, neste caso com o foco no ecoturismo, atividade que disponibiliza ao praticante contato com o meio ambiente natural. Para tanto serão apresentados ao longo deste estudo os temas relacionados à acessibilidade, seus conceitos, suas variáveis e adaptações, sua “participação” no turismo, encerrando com a análise da Trilha do Engenho, onde serão confrontadas teoria e prática e consequentemente apresentados os resultados obtidos.

1. Acessibilidade ao cadeirante: conceitos e normas

Para discutir a acessibilidade para pessoas com deficiência, entendamos que

o termo Deficiência significa uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social. (NIESS, 2003: 3).

Dessa forma a dificuldade em exercer determinada atividade dependerá do tipo e grau de deficiência. Mas, é importante entender que limitar não quer dizer impedir, pois a limitação pode ser revertida através de adaptações que proporcionarão ao portador de deficiência exercer suas atividades.

A deficiência física, portanto, caracteriza-se de acordo com o comprometimento dos membros, segundo Moreira (2010), ela pode ser monoplegia (um dos membros foi afetado), diplegia (os membros superiores foram afetados), hemiplegia (afetado os membros do mesmo lado do corpo), paraplegia, (paralisia total ou parcial dos membros inferiores e do tronco) e tetraplegia (paralisia total ou parcial dos membros superiores, inferiores e do tronco).

² Usuário de cadeira de rodas que necessita da mesma devido as limitações que possui referentes a sua locomoção devido alguma deficiência ou impossibilidade temporária.

Entendidos estes termos que envolvem o tema deste estudo, parte-se então para o termo acessibilidade, que segundo a Cartilha de Turismo e Acessibilidade, do Ministério do Turismo, de 2006, significa permitir a todo cidadão o direito ao acesso a todo e qualquer tipo de atividade que incluem produtos, serviços, locais e informações, inclusive às pessoas com algum tipo de dificuldade, principalmente idosos, crianças e portadores de deficiências. Ou seja, garantir que não haja impedimentos para que estes possam utilizá-los.

Tal visão pode ser melhor entendida quando se discute o conceito de Desenho Universal, que é a “concepção de espaços, artefatos e produtos que visam atender simultaneamente todas as pessoas, com diferentes características antropométricas e sensoriais, de forma autônoma, segura e confortável, constituindo-se nos elementos ou soluções que compõem a acessibilidade.” (BRASIL, 2006: 10). Devido a sua importância ele já é pauta em várias áreas, inclusive no Turismo. Hoje é possível encontrar equipamentos turísticos acessíveis que atendem simultaneamente seus clientes.

Existem ainda diversas Leis e Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) que regem em função da acessibilidade e que garantem por lei a existência desse conjunto de elementos para possibilitar aos portadores de deficiência a sua utilização com autonomia, tais como: a Lei nº. 10.048, de 08 de novembro de 2000³; a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000⁴, e as NBR 9050:2004⁵, NBR 14273:1999⁶, NBR 14022:1998⁷, entre outras.

Outra mudança que contribuiu para a ampliação da discussão e para uma maior reivindicação sobre a questão da acessibilidade deve-se à aceitação do próprio deficiente e também da sua família, em relação às suas limitações e à valorização das habilidades que possui. “Não é porque uma pessoa tem ou adquire uma deficiência que ela se torna incapaz. É importante continuar utilizando as habilidades que restaram ter bom senso para escolher as atividades e saber que sempre é possível realizar alguma.”. (MOREIRA, 2010: 28).

³ “Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências”. (BRASIL, 2006:13).

⁴ “Esta Lei estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação”. (BRASIL, 2000).

⁵ “Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos”. (BRASIL, 2006:13).

⁶ “Acessibilidade da pessoa com deficiência no transporte aéreo comercial”. (BRASIL, 2006:13).

⁷ “Acessibilidade à pessoa com deficiência em ônibus e trólebus, para atendimento urbano e intermunicipal”. (BRASIL, 2006:13).

Assim, o turismo torna-se um elemento muito importante na questão da acessibilidade. Estima-se “que 610 milhões de pessoas em todo o planeta apresentam alguma forma de deficiência física, sensorial ou mental. Cerca de 30 milhões são brasileiros.” (MOREIRA, 2010: 62). Sendo também um tipo de demanda que raramente viaja sozinha tornando ainda mais relevante para a atividade turística.

1.1 Turismo acessível: um exemplo de projeto e realização

A cidade de Socorro, no interior do estado de São Paulo é um grande exemplo de preocupação e investimento na preparação para receber essa demanda. A transformação na cidade iniciou-se com o Projeto Aventureiros Especiais, que visou “aplicar adaptações na criação de um roteiro de aventura totalmente acessível, o que representava um produto turístico inédito.” (MOREIRA, 2010:42).

Uma série de materiais e equipamentos específicos foram desenvolvidos para a adaptação das atividades de aventura possibilitando a prática por portadores de deficiências. Um deles é a cadeira de uma roda que é conduzida por dois monitores e foi “desenvolvida para auxiliar a locomoção em trilhas e terrenos de solo acidentado. [...] Projetada para utilização em lugares com grandes obstáculos naturais [...]” (MOREIRA, 2010: 50).

“A implantação do Projeto Aventureiros Especiais foi um sucesso tornando-se uma referência internacional no desenvolvimento da atividade de turismo de aventura especial.” (MOREIRA, 2010: 48; 54). Pois além das atividades de aventura, a cidade como um todo, prefeitura, iniciativa privada e população, apoiaram o projeto e ampliaram as adaptações a infra-estrutura da cidade, como pontos turísticos, hospitais, trajetos, etc. e aos produtos e serviços (hotéis, restaurantes, lojas, etc.).

1.2 Variáveis para a Promoção da Acessibilidade em Destinos Turísticos

Assim como em muitos outros setores o Turismo também deve passar por mudanças quanto à acessibilidade de seus produtos e serviços. Por isso algumas cartilhas informativas foram elaboradas pelo Ministério do Turismo e parcerias, a fim de auxiliar o empreendedor turístico, o profissional e o próprio turista.

Para adaptarem-se, os equipamentos turísticos devem contar com no mínimo, uma entrada acessível e livre de obstáculos, com ambientes e corredores largos que possibilitem a circulação e manobra, sem dificuldades, da cadeira de rodas e, se existirem balcões de informação, devem possuir altura e largura ideal para o acesso de modo frontal pelo cadeirante, conforme as Normas Técnicas referentes à acessibilidade. Todo e qualquer degrau existente deve ser substituído por rampa. Em caso de espaço insuficiente pode-se utilizar equipamentos eletromecânicos, como elevadores ou plataformas elevatórias. (BRASIL, 2009).

Quanto à infra-estrutura, as calçadas devem possuir largura mínima de 1,20m, inclinação transversal de 3% e ter superfície feita com material regular, firme e estável. E, os equipamentos que possuírem sanitários de uso coletivo, devem contar com ao menos um adaptado para pessoas com deficiência, no caso unissex. Este sanitário deverá localizar-se em rotas acessíveis, com espaço interior suficiente para a movimentação com cadeira de rodas e com barras de apoio devidamente instaladas. (BRASIL, 2009).

Com relação às atividades realizadas ao ar livre, os locais destinados a visitação devem contar com acessibilidade no embarque e desembarque dos atrativos, as trilhas devem possuir, como auxílio ao decorrer do percurso, rampas de madeira em terrenos acidentados, corrimãos de apoio, como intuito de conduzir e auxiliar o deficiente, pontes para superar obstáculos profundos (buracos, riachos, etc.), cadeiras de rodas adaptadas para o terreno (*off-road*), entre outros equipamentos, com o intuito de reduzir obstáculos presentes e facilitar a prática das mesmas pelos cadeirante, mas é importante ressaltar que deve-se respeitar todas as questões ambientais, inclusive quanto aos impactos que tais ações podem gerar. (BRASIL, 2009).

2. Ecoturismo em Unidades de Conservação

Ao realizar uma trilha com o intuito de entrar em contato com a natureza sem causar grandes impactos, ele está praticando ecoturismo, pois neste

[...] a principal atividade de motivação para a viagem é o desejo de ver ecossistemas em seu estado natural, sua vida selvagem assim como sua população nativa. [...] se relaciona também a um desejo de ver os ecossistemas preservados e que a população local vive melhor por conta dos efeitos do turismo [...]. (SWARBROOKE, 2000)

Um das áreas naturais em que se pode praticar o ecoturismo são as Unidades de Conservação⁸, que são áreas territorialmente definidas, criadas e regulamentadas legalmente, com o objetivo de proteger o patrimônio natural e cultural de um país e principalmente resguardar a autenticidade que o planeta possui. (BRASIL, 2000).

Fazem parte das Unidades de Conservação os Parques, sejam estes Municipais, Estaduais ou Federais, que são “áreas que se destinam a proteção integral de ambientes naturais de grande relevância ecológica, cênica, científica, cultural, educativa, recreativa, onde não se permite qualquer interferência humana direta.” (KINKER, 2002:9). Desse modo entende-se que os Parques são áreas para a proteção e conservação dos recursos naturais, de educação e interpretação ambiental e de ecoturismo.

Portanto o ecoturismo é um mecanismo que possibilita a integração homem/natureza com diversos aspectos positivos, pois caracteriza-se pelas atividades realizadas no meio ambiente natural com o objetivo de conservar o ambiente visitado e conscientizar o turista e a comunidade local. Assim escolheu-se a Trilha do Engenho localizada no Parque Estadual da Ilha Anchieta como objeto deste estudo.

2.1 Caracterização do Parque Estadual da Ilha Anchieta

Localizada no município de Ubatuba, a Ilha Anchieta é a segunda maior ilha do litoral de São Paulo, com um total de 828 hectares, sendo apenas 7% abertos à visitação. Hoje como Parque Estadual (desde 1977) é um dos principais atrativos do município e chega a receber cerca de 80 mil turistas anualmente, principalmente para práticas de ecoturismo e turismo de lazer, devido à presença de Mata Atlântica, de uma rica fauna e flora e de diversas praias.

Com base nas informações fornecidas pelo Parque, constatou-se que a Ilha deve seu nome a uma homenagem ao seu colonizador, o missionário José de Anchieta. E que durante anos serviu como colônia penal, que fora desativada, para depois, ser reativada e transformada no Instituto Correccional da Ilha Anchieta, que chegou a abrigar 450 detentos de alta periculosidade.

⁸“Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção”. (SNUC, 2000).

Seu principal marco histórico ocorreu em 1952, quando, segundo as informações encontradas no site da Ilha, aconteceu uma grande rebelião de presos. Comandados pelo prisioneiro Álvaro da Conceição Carvalho, os presos começaram a ter uma convivência amistosa e pacífica com os soldados a fim de ganharem a confiança de todos e principalmente do diretor. Então no dia escolhido eles tomaram o controle do presídio e mantiveram as famílias dos soldados como reféns.

A fuga ocorreria com a tomada da embarcação que abastecia a Ilha. Mas, apesar de um plano minuciosamente arquitetado, a rebelião não teve pleno sucesso, 130 presos foram recuperados e muitos morreram. Hoje o que restou do presídio são ruínas, tombadas pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT), em 1985.

No Parque existem quatro praias abertas aos visitantes. A praia do Presídio está localizada no acesso principal da ilha onde encontra-se a sede administrativa do Parque, o atracadouro de embarcações, as ruínas do presídio e uma base do projeto Tamar⁹. Já as praias Grande, do Leste e do Sul, têm o seu acesso por trilhas que partem da Praia do Presídio. Ambas possuem águas límpidas e boas para banho e mergulho, além do sossego e da possibilidade de apreciar a natureza em meio a Mata Atlântica.

As trilhas abertas ao público estão categorizadas em níveis de dificuldade. A Trilha do Saco Grande é uma trilha de dificuldade média¹⁰ com 2.600m de extensão. Em seu percurso contemplam-se as ruínas do antigo Quartel. Ela termina diante do Costão Rochoso, onde é possível avistar o mar aberto, bem como, em dias claros, tartarugas marinhas em seu habitat natural.

A Trilha da Praia do Sul com 2.200m e dificuldade média, constitui-se de vegetação de Restinga e Floresta Mata Atlântica, em meio ao percurso é possível observar os mirantes Costão das Palmas, e Biodiversidade. A trilha termina na Praia do Sul, recomendada é possível a prática de mergulho autônomo.

A Trilha do Engenho, com extensão de 1.000m e dificuldade média, dá acesso ao mirante do Boqueirão. A trilha termina na Praia do Engenho, com águas transparentes e alta

⁹ Um Projeto criado em 1980, com o intuito de proteger e conservar a fauna marinha do Brasil.

¹⁰ Estas trilhas exigem forma física mediana para suportar caminhadas que duram, em média, de 3 a 4 horas, com aclives e declives mais acentuados. É necessária capacidade de superar obstáculos simples como troncos e pedras. Aconselha-se que o visitante já tenha percorrido algumas trilhas de nível de dificuldade baixo.

diversidade de espécies marinhas, onde o mergulho é permitido sem nadadeiras. Nesta trilha ocorrem, esporadicamente, visitas monitoradas com grupos de deficientes.

Como todo Parque Estadual, o da ilha Anchieta foi criado para a conservação dos recursos naturais, pesquisa científica, educação ambiental e lazer. Por isso é muito importante que o Parque se torne acessível, permitindo que todos possam usufruir e vivenciar o que ele tem a oferecer.

3. Análise da acessibilidade na Trilha do Engenho

A análise realizada trata dos resultados obtidos com o confronto das exigências Legais e as condições encontradas no local referentes a adaptações, tendo como base as variáveis acesso, locomoção, infra-estrutura (banheiros, calçamento) e acesso em áreas livres, apresentadas anteriormente no texto: variáveis para a promoção da acessibilidade em destinos turísticos.

Para fins de análise prática da acessibilidade na trilha do Engenho, a autora realizou duas visitas *in loco* ao Parque Estadual da Ilha Anchieta. Em uma delas foi acompanhada por Ricardo Shimosakai, portador de deficiência física (cadeirante), convidado a visitar o Parque com o intuito de auxiliar na análise das dificuldades percebidas por ele, principalmente na Trilha do Engenho.

O primeiro aspecto apontado pelo Ricardo foi o acesso ao Parque, realizado por escunas, torna-se difícil e perigoso, principalmente para os cadeirantes, pois a escuna é instável e por muitas vezes se distancia do píer, além de não possuir nenhum tipo de equipamento de adaptação, necessitando do auxílio de outras pessoas para o embarque de cadeirantes (carregá-los), o que torna o risco de acidentes maior. O mesmo ocorre no desembarque no Parque.

Com base nas Normas Técnicas os prédios e instalações devem possuir rampas, caso haja escadas ou elevações, observou-se que o prédio da administração possui uma rampa muito íngreme com a inclinação fora do padrão exigido e sem corrimão de apoio, ou seja, que não segue as normas de adequação, instalada de forma improvisada nos fundos do prédio, tornando-se perigosa a seus usuários.

O ambiente interno do prédio, constituído pelo centro de visitantes, como constatado na visita com Ricardo, possui espaço suficiente para a movimentação e manobra da cadeira de

rodas, ou seja, tem condições de acesso para a visitação de cadeirantes, mas vale lembrar que o acesso ao prédio é precário e perigoso.

As áreas livres do parque também possuem espaço amplo para a locomoção da cadeira de rodas, deve-se apenas levar em consideração os obstáculos naturais presentes. Logo se pode afirmar, com o auxílio de Ricardo que, com relação a espaço para locomoção o Parque possui condições de acesso possíveis de utilização com autonomia pelos cadeirantes, porém as adaptações tornariam a visita mais segura.

Observou-se que em todos os banheiros de uso público as portas eram estreitas demais, assim como o corredor que dá acesso as cabines dentro do banheiro, as pias altas para o acesso de cadeirantes e crianças, alguns apresentavam degraus na entrada. Existe apenas uma cabine, localizada no interior do prédio da administração, em área restrita que por ser um pouco mais amplo é utilizado de forma improvisada em caso de visitantes cadeirantes, se a cadeira não for muito volumosa. Ou seja, pode-se afirmar que nenhum atendia as especificações referentes à acessibilidade dos mesmos, com pelo menos um adaptado (unissex), o que gera constrangimento e indignação nestes visitantes.

Nas áreas onde há calçamento na Ilha, existem vazões (áreas de pequena vegetação entre o calçamento) que podem travar as rodas dianteiras da cadeira de rodas, pois foram feitos de forma precária, assim não seguem as exigências referentes a acessibilidade, pois deveriam facilitar e tornar mais agradável o deslocamento da cadeiras de rodas.

Vale ressaltar que todos os itens anteriormente citados compõem igualmente a percepção da acessibilidade, pois não se pode considerar a acessibilidade apenas do atrativo, mas a de todos os equipamentos que o envolve.

Partiu-se então para o objetivo principal deste estudo a análise da Trilha do Engenho. Mediante pesquisas, descobriu-se que esporadicamente, ocorre a visitação por portadores de deficiência ao Parque, e que estes, com o acompanhamento de monitores, costumam praticar a Trilha do Engenho. Dessa forma, percebeu-se a importância da análise da trilha quanto à questão da acessibilidade, sendo assim o objetivo desta pesquisa.

Com o objetivo de verificar a acessibilidade ao longo do trajeto, a autora realizou com Ricardo a Trilha do Engenho, observando as dificuldades que ele teve durante o percurso. Para chegar ao início da trilha faz-se necessária a travessia de duas pontes, presentes no caminho alternativo, sendo que o principal liga a praia ao início da trilha por meio de escadas. Constatou-se que as duas pontes eram perigosas aos cadeirantes, pois não possuíam corrimão

de apoio, estavam acima do nível do solo e suas bases possuíam rachaduras e pequenos buracos que acabavam travando as rodas dianteiras da cadeira de rodas.

Decidiu-se analisar a trilha em três fases. Primeiro observou-se o trajeto inicial que apresenta um terreno íngreme, cheio de desníveis e obstáculos, com raízes, buracos e entulho que impediram o Ricardo de iniciá-la sozinho, pois por diversas vezes as rodas dianteiras foram travadas e, mesmo fazendo muita força, ele não foi capaz de realizar a subida sozinho, assim, mais uma vez foi necessária o auxílio de um acompanhante para ajudá-lo.

Após o trecho inicial, passou-se para a segunda fase, o restante do percurso com exceção do final da trilha, onde fora constatado que o trajeto é bem acentuado, em alguns pontos é um pouco estreito, mas não a ponto de impedir a passagem da cadeira. Esta etapa do trajeto Ricardo pode fazer com autonomia.

Quanto ao trecho final, que dá acesso à Praia do Engenho é o mais difícil da trilha, constatou-se que por possuir uma decida muito íngreme e com grandes obstáculos (árvores, buracos, raízes, etc.) não havia a possibilidade de terminarmos o trajeto, ou seja, chegarmos até a praia, pois na ocasião, não possuíamos um acompanhante que pudesse auxiliar o Ricardo na decida, afinal era necessário que ele fosse carregado.

Contudo, constatou-se na visita de observação que a Trilha do Engenho, apesar de ser utilizada para o passeio de pessoas com deficiência, não possui equipamentos específicos de adaptação para atividades ao ar livre (rampas de madeira, corrimãos de apoio, pontes para superar obstáculos profundos, cadeira de rodas adaptada - *off-road*, entre outros) tornando necessária, para a sua prática, o acompanhamento de monitores para auxiliarem os cadeirantes, o que prova, com base no conceito de acessibilidade, que a Trilha não é acessível.

Considerações Finais

Com base em todas as pesquisas realizadas ao longo desta pesquisa e, principalmente, nos resultados alcançados com as visitas *in loco* pode-se constatar que apesar de ocorrer, esporadicamente, a realização da Trilha do Engenho por grupos compostos por deficientes, entre eles cadeirantes, a trilha não é acessível, pois se o local não pode ser acessado com autonomia, então este não pode ser considerado acessível.

Vale destacar que existe a possibilidade de tornar a trilha acessível, utilizando-se de equipamentos específicos, como cadeiras de rodas adaptadas (cadeira de uma roda, *off-road*,

etc.), rampas de madeira, corrimões, entre outros, que servirão de auxílio ao cadeirantes para que este seja capaz de praticar a trilha tranqüilamente sem qualquer auxílio e com segurança.

Mas é importante que antes de qualquer modificação sejam levados em consideração à questão ambiental, afinal a trilha está localizada em uma Unidade de Conservação e como todo atrativo natural deve ser preservado e ter o mínimo de intervenções possível.

Portanto entendeu-se que a acessibilidade em destinos turísticos é inevitável e essencial, mas como em toda e qualquer situação relacionada a mudanças e alterações é necessário, primeiramente um planejamento antevendo as medidas que deverão ser tomadas e de qual forma serão aplicadas.

Referências Bibliográficas

BRASIL. **Lei Federal no 10.048**, de 08 de novembro de 2000. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L10048.htm>. Acesso em: 05 out 2009.

BRASIL. **Lei Federal nº 10.098**, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L10098.htm>. Acesso em: 05 out 2009.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo acessível: introdução a uma viagem de inclusão**. Brasília: Ministério do Turismo, 2009, v.1.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo acessível: mapeamento e planejamento do turismo**. Acessível nos Destinos Turísticos. Brasília: Ministério do Turismo, 2009, v.2.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo acessível: bem atender no turismo acessível**. Brasília: Ministério do Turismo, 2009, v.3.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo acessível: bem atender no turismo de aventura adaptada**. Brasília: Ministério do Turismo, 2009, v.4.

BRASIL. Embratur. **Manual de recepção e acessibilidade para pessoas portadoras de deficiências a empreendimentos e equipamentos turísticos**. Brasília: Ministério do Turismo [200-?].

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. **Turismo e acessibilidade: manual de orientações**. Brasília: Ministério do Turismo, 2006.

ILHA ANCHIETA TOMBADO PELA NATUREZA. Disponível em:
<<http://www.ilhaanchieta.com.br>>. Acesso em: 12 set 2009.

FUNDAÇÃO FLORESTAL. Disponível em:
<<http://www.fflorestal.sp.gov.br/hotsites/hotsite/sobre.php>>. Acesso em: 20 nov 2009.

KINKER, Sônia. **Ecoturismo e Conservação da Natureza em Parques Nacionais.** Campinas, SP: Papirus, 2002.

MOREIRA, Dadá. **Turismo de Aventura Especial: Como Atender a Pessoa com Deficiência.** São Paulo. [s.n.], [2010].

NISS, L. T.; NISS, P. T. **Pessoas Portadoras de Deficiência no Direito Brasileiro.** São Paulo: Juarez de Oliveira, 2003.

SWARBROOKE, John. **Turismo Sustentável: Turismo Cultural, Ecoturismo e Ética.** São Paulo: Aleph, 2000. 5 v.